Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 5098/2017

PROCESSO TC/MS	**:** TC/17856/2015
PROTOCOLO	**:** 1641736
ÓRGÃO	**:** FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS
ORDENADOR DE DESPESAS	**:** ROBSON YUTAKA FUKUDA
ASSUNTO DO PROCESSO	**:** NOTA DE EMPENHO N° 5260/2015
PROCED. LICITATÓRIO	**:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2014
CONTRATADA	**:** NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A.
OBJETO	**:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS
VALOR INICIAL	**:** R$ 57.725,00
RELATORA	**:** CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE.

Versam os presentes autos sobre a Nota de Empenho nº 5260/2015, formalizada entre o **Fundo Especial de Saúde de MS** e **Novartis Biociências S.A.**, objetivando a aquisição de medicamentos, com valor contratual no montante de R$ 57.725,00 (cinquenta e sete mil setecentos e vinte e cinco reais).

Insta salientar que o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 087/2014 (1ª fase) e a formalização da Nota de Empenho nº 5260/2015 (2ª fase), foram julgados como **regulares** conforme Decisão Singular **DSG- G.MJMS – 6450 /2016** (Peça nº 13).

Nesta fase processual objetiva-se analisar a regularidade da Execução Financeira da Nota de Empenho nº 5260/2015 (3ª fase).

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da 6ª Inspetoria emitiu a sua **ANA - 6ICE - 9345/2017** (Peça 15), opinando pela ***regularidade*** da Execução da Nota de Empenho nº 5260/2015 (3ª fase).

Por sua vez, o ilustre representante Ministerial, em seu Parecer **PAR - 3ª PRC - 6507/2017** (Peça nº 16), concluiu pela ***regularidade*** da Execução Financeira em apreço.

Vieram os autos a esta Relatoria para Decisão.

É o Relatório.

Passo a DECIDIR.

Depreende-se da leitura dos autos que a Equipe Técnica e o Ministério Público de Contas corroboram seus entendimentos pela regularidade da execução Nota de Empenho nº 5260/2015 (3ª fase).

Compactuo com tais entendimentos, acompanhando as manifestações dos Órgãos Técnicos quanto a Execução Contratual em declará-la regular e legal, pois a mesma encontra-se concluída, visto que os documentos que concernem à 3ª fase da contratação comprovam à total execução do objeto contratado.

De fato, a liquidação da despesa, cujo resumo segue abaixo, exibe com clareza a similitude do total de notas de empenho válidas e total de pagamentos, demonstrando, assim, sua regularidade:

TOTAL DE NOTAS DE EMPENHO EMITIDAS	R$	57.275,00
TOTAL DE COMPROVANTES DE DESPESAS EMITIDOS	R$	57.275,00
TOTAL DE ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS	R$	57.275,00

Cumpre reconhecer que, na forma em que se apresenta a contratação celebrada pelo **Fundo Especial de Saúde de MS**, foram cumpridas todas as exigências legais, merecendo a chancela de aprovação desta Corte Fiscal.

Ante o exposto, observadas as formalidades e requisitos legais aplicáveis à matéria, com fulcro no art. 10, inciso II do Regimento Interno desta Corte de Contas, **DECIDO** no seguinte sentido:

1- Pela ***regularidade*** da Execução Financeira, celebrada entre o **Fundo Especial de Saúde de MS** e **Novartis Biociências S.A.** (3ª fase) nos termos do Artigo 59, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c Artigo 120, inciso III, da Resolução Normativa 76/2013;

2- Comunicar o resultado do julgamento às Autoridades Administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

3- Determino a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

É a Decisão.

Campo Grande/MS, 17 de outubro de 2017.

Cons. Marisa Serrano

R E L A T O R A

wal